

Hipótese duma sistemática da intervenção

MANUEL TAVARES DA SILVA *

«Vejo muitos soldados: desejaria ver muitos guerreiros. Ao que usam chama-se um *uniforme*. Ao menos que não seja uniforme o que escondem por baixo.»

F. NIETZSCHE¹

Sem dúvida que é fácil especular que a intervenção existe há quanto tempo existe o mundo. Todavia, o caminho do seu estudo tem um princípio histórico no estudo rigoroso dos grupos: concretamente, em Elton Mayo,² J. L. Moreno³ e K. Lewin.⁴

No que diz respeito a E. Mayo (e à chamada psicologia industrial), é nele que encontramos, independentemente do seu erro metodológico caracterizado por um empirismo radical (desdém pela teoria e preocupação em integrar o trabalhador na empresa como se esta fosse a

estrutura social ideal), é nele que encontramos, repito, a abordagem da dialéctica indivíduo-sociedade, embora de modo deformado. Começa a aparecer o grupo como o *lugar laboratorial* da dialéctica referida.

Em J. L. Moreno (1965), com todas as suas tendências e problemas místicos, encontramos alguém que, em vez de profetizar um «caminho de salvação», procura implantar uma *revolução terapêutica* que permita a libertação do «proletariado terapêutico ou afectivo», que elimine a questão da «mais-valia afectiva», que possibilite o ultrapassar da tripla resistência à espontaneidade: a que o corpo apresenta ao nível da expressão corporal e gestual; a da personalidade ao nível da expressão de ideias; a que decorre da existência física e psíquica dos outros. A sua sociometria leva-o a exigir ser considerado como o «descobridor» da dinâmica dos grupos.⁵

Em K. Lewin encontramos, a partir dos seus esforços ao nível da dinâmica de grupo e no quarto período da sua carreira (Faucheux, 1967), período interrompido pela sua morte, a iniciativa do trabalho de síntese das diferentes investigações e situar de rigorosas análises no contexto da sociedade global.

Em termos de imagem, atrevo-me a dizer que assenta aqui o início da psicossociologia, de que o objecto central é a célula (o grupo), cujo

* Psicossociólogo. Professor de Métodos e Técnicas de Intervenção e Diagnóstico Psicossociológico no I.S.P.A.

¹ Cf. F. Nietzsche, *Assim falava Zaratustra*, Editorial Presença, Lisboa, 1974.

² Elton Mayo: coordenador e teorizador das experiências que se desenrolaram de 1927 a 1932 na fábrica da General Electric, em Chicago, e puseram em evidência a influência determinante do grupo de trabalho na produtividade.

³ J. L. Moreno: de destacar a sua introdução da sociometria, que veio clarificar a dimensão afectiva na problemática da intervenção.

⁴ K. Lewin: como se sabe foi quem, no Verão de 1946, em New Britain, Connecticut, descobria que o grupo centrado sobre si mesmo, com um problema preciso e imediato a resolver, poderia ser um instrumento de formação ou de mudança de muito maior eficácia do que um grupo com a sua actividade organizada em função de um tema exterior.

⁵ É conhecida pela maioria a pre'ensão repetidamente afirmada por J. L. Moreno de ser o primeiro a abordar a dinâmica de grupo.

núcleo são os indivíduos e cuja realidade está no tecido de que é parte.

K. Lewin, no entanto, o cientista conhecido como nome e ainda «misterioso» como cientista, tem uma actuação mais profunda do que a de simples ponto de partida do estudo da dinâmica de grupo.

Para K. Lewin, a característica fundamental do trabalho do cientista consiste no fazer uma tradução apropriada dos fenómenos para conceitos.

Na sua origem, a psicologia foi aristotélica. Os conceitos implicavam juízos de valor, separações ou classificações arbitrárias, travavam o desenvolvimento do seu cientismo. Isso aconteceu (e acontece) com outras ciências. A psicossociologia também tem algumas dificuldades em libertar-se da tendência aristotélica da Europa e alunos da Europa.

Como dizia K. Lewin (1965): «Como qualquer ciência, a psicologia enfrenta um dilema quando procura desenvolver conceitos e leis gerais. (...) Na época dos gregos, a geometria passou de um método de *classificação* (que agrupa figuras geométricas de acordo com as suas semelhanças) para um método *construtivo* ou *genético* (que agrupa figuras de acordo com a maneira por que são produzidas ou derivadas de outras). Desde então, a *definição genética* dominou a matemática. Em física, um desenvolvimento similar ocorreu na época de Galileu. A biologia tentou dar um importante passo nessa direcção quando o sistema de Lineu foi substituído pelo de Darwin».

No seu esforço de *conceptualização*, K. Lewin enfrenta alguns dos problemas cruciais do cientista. Talvez por isso o «misterioso» que ainda rodeia K. Lewin. Provavelmente por isso o recurso insistente do *gestaltista* K. Lewin ao trabalho de S. Freud (e seus continuadores) seja ignorado pela maioria dos conhecedores do nome; é K. Lewin quem diz (1965): «A psicanálise é provavelmente o mais impressionante exemplo de um ponto de vista psicológico que tenta alcançar as profundidades e não as camadas superficiais do comportamento».

Tal como a sua atitude relativamente ao behaviorismo (1965): «A teoria de campo, como qualquer outro ponto de vista científico em psicologia, é *behaviorista* se isso significa a tendência a prover *definições operacionais* (sintomas passíveis de verificação) para conceitos usados. Muitos psicólogos, particularmente aqueles que seguem a teoria do reflexo condicionado, confundiram essa exigência de definições operacionais com a exigência de eliminar descrições psicológicas. Eles insistem em definir superficialmente os *estímulos* em termos de física. Uma das características básicas da teoria de campo em psicologia, a meu ver, é a necessidade de descrever o campo que influencia um indivíduo não em termos *fisicamente objectivos*, mas da maneira que existe para a pessoa naquele momento (cf. o conceito de *meio de comportamento* de Koffka)».

Kurt Lewin escrevia isto em 1942. Quando procurava desenvolver um sistema satisfatório de conceitos, sendo particularmente cuidadoso quanto à forma de o fazer. Consciente de que antes do sistema ser completamente útil, os seus conceitos devem ser definidos de modo que permitam o tratamento dos aspectos qualitativos e quantitativos num sistema simples; representem de modo adequado os atributos condicionais (genéticos ou causais) dos fenómenos; facilitem a medida (ou definição operacional) desses atributos; permitam tanto a generalização das leis universais quanto o tratamento concreto do caso individual.

Ora um dos problemas básicos da intervenção, do estudo da intervenção, reside na perspectiva aristotélica com que vulgarmente é encarada. O estudo da intervenção, objectivo prioritário da psicossociologia (não digo objecto), necessita do completamento da revolução galileica proposta e iniciada por K. Lewin.

UMA SISTEMÁTICA

Referir uma sistemática da intervenção significa um ordenamento da acção de intervenção; um ordenamento inclusivo que organiza

teorias que, em si mesmas, já possuem generalidade.

É óbvio que a primeira precaução a tomar na construção de uma sistemática da intervenção, como em qualquer outra sistemática, está no cuidadoso não-valorizar nem procurar tornar desejáveis os sistemas a considerar. Interessa definir o que eles realmente são de modo a integrar as teorias na sua objectividade.

Uma sistemática não é, nem pode ser, um juízo de valor. É, fundamentalmente, uma anuladora dos juízos de valor sobre as teorias na medida em que a construção da sistemática só pode assentar nos juízos de realidade sobre essas mesmas teorias.

Um outro aspecto que não se pode deixar de considerar na construção de uma sistemática da intervenção diz respeito à própria essência da psicossociologia. Em concreto, relativamente a duas características reais que se podem observar: a não confusão entre psicossociologia e psicologia social; a dominante do seu ponto de partida e processo histórico.

Não há oposição entre a psicossociologia e a psicologia social. Mas há diferença. Enquanto que a psicologia social se preocupa com a generalidade da fenomenologia social e suas repercussões individuais, a psicossociologia preocupa-se com o indivíduo situado nessa fenomenologia. Como já o disse várias vezes e de diversas maneiras, não importa o considerar ou não a psicossociologia como uma parte da psicologia social. É um problema da psicologia social. Interessa é o estar-se ciente dessa diferença.

Uma sistemática da intervenção, olhada da perspectiva psicossociológica, não pode ignorar esta diferença e cair no erro de confusão com uma «classificação» fenomenológica da intervenção.

Por outro lado, é nítido na evolução histórica da psicossociologia o modo «activo» (dinâmico) com que é encarada. Desde o empirismo de E. Mayo, preocupação de como atingir os seus objectivos de J. L. Moreno, *research-action* de K. Lewin, até ao predominar da intervenção como centro de interesse. Isso faz com que interesse na construção teórica da psicossociolo-

gia. Melhor dito: o conteúdo dos sistemas psicológicos interessa; a sua sistemática não é relevante.

Quer isto dizer que uma sistemática da intervenção não pode deixar-se influenciar pela sistemática da psicologia, tal como não pode deixar-se influenciar pela sistemática da sociologia ou de qualquer outra ciência.

É verdade que uma sistemática é um facilitar a liturgia de uma ciência. No entanto, se a conceptualização que exige for cuidadosa, dificulta a existência das sistemáticas ocultas (arbitrárias) que sustentam a liturgia. E a acção exige a liturgia.

A INTERVENÇÃO

Intervenção é um termo de muita utilização e muitas tonalidades de significado. No entanto, uma primeira tarefa que é exigida pela elaboração de uma sistemática consiste na conceptualização do tema que se pretende sistematizar.

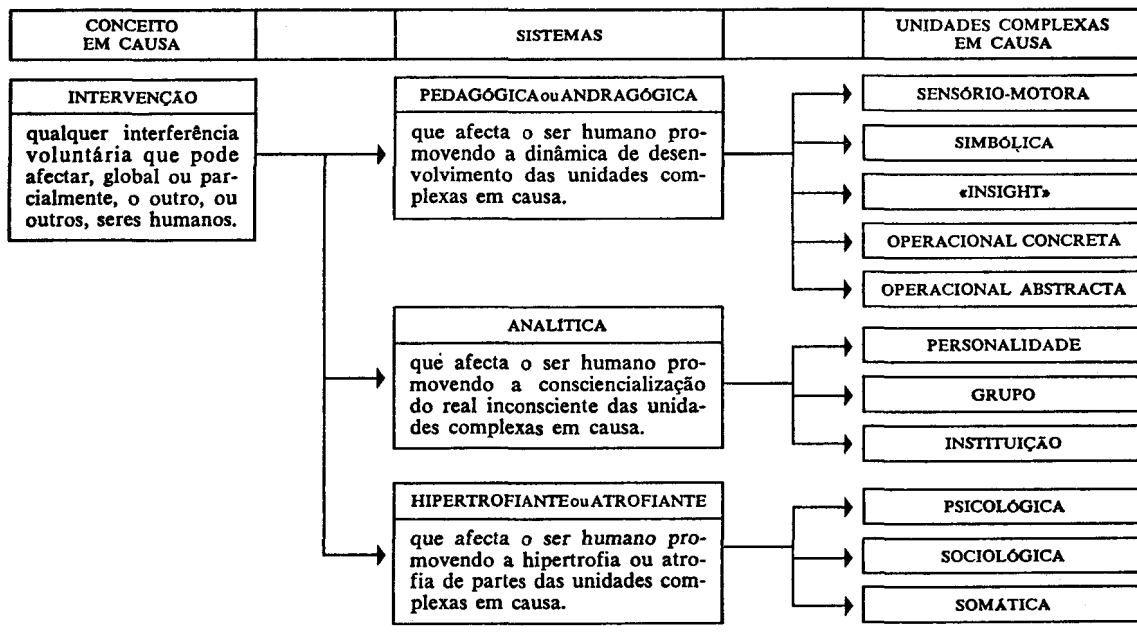
Parece-me aceitável definir intervenção como:

«qualquer interferência voluntária que pode afectar, global ou parcialmente, o outro, ou outros, seres humanos».

Uso a expressão «qualquer interferência» na intenção de sublinhar a diversidade de *actos* que podem ser ponto de partida do fenómeno de intervenção: diversidade de modos de actuar e diversidade de sujeitos actuantes.

É óbvio que, do ponto de vista psicossociológico, a intervenção só tem interesse quando o sujeito actuante implica o ser humano, melhor dito, implica a decisão de actuar por parte de um ser humano. Daí o acrescentar a «qualquer interferência» o qualificativo de «voluntária».

No sentido geral da palavra, a intervenção pode ser voluntária ou não. Se é voluntária, o qualificativo chega para denunciar a implicação humana sem perturbar toda a sua possível ambiguidade. Se não, originária directamente do ser humano ou não, a intervenção fica carregada de uma soma de atributos tão diferentes que, parece-me a mim, não tem sentido englo-



SISTEMA PEDAGÓGICO OU ANDRAGÓGICO

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (exemplos por ordem alfabética)

<i>Action maze</i>	Demonstração	Jogos	Simulações
<i>Brainstorming</i>	Discussão	Lição	<i>Syllabus</i>
<i>Buzzgroups</i>	Estudo de modelos	Método dos casos	Textos
Classe aberta	<i>Forum</i>	Painel	T W I
«Clínica»	Grupo de sensibilização	<i>Role-playing</i>	Viagens
Colóquio	<i>In-basket</i>	Seminário	<i>Workshop</i>
Conferência	<i>Incident process</i>	Sessões pergunta-resposta	Etc.
<i>Critical incident process</i>	Instrução programada	Simpósio	

SISTEMA ANALÍTICO

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (exemplos por ordem alfabética)

Análise institucional	Esquizo-análise	Laboratório organiza-	Psicodrama
Análise organizacional	Grupanálise	cional	Psicoterapia institu-
Análise transaccional	Grupo centrado num	Maratona	cional
Antipsiquiatria	tema	Mini-sociedade	Socianálise
Bioenergia	Grupo de encontro	Movimentos californianos	Sociopsicanálise
<i>Daytop</i>	Grupo de trabalho	Mudança social dia-	<i>Synanon</i>
D R H	Grupo terácico	lética	Etc.
<i>Esaleu</i>	Grupo triádico	Pedagogia institucional	

SISTEMA HIPERTROFIANTE OU ATROFIANTE

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (exemplos por ordem alfabética)

Apostolado	Farmacoterapia	Ludoterapia	Radioterapia
Cirurgia	Fisioterapia	Musicoterapia	Etc.
Electroterapia	Hipnose	Propaganda	

Figura 1

bá-la numa sistemática psicossociológica. Na perspectiva psicossociológica, o seu interesse passaria a ser a detecção do sujeito e dos efeitos e não do modo em si mesmo.

Por outro lado, essa «qualquer interferência voluntária» só importa se «pode afectar, global ou parcialmente, o outro, ou outros, seres humanos». *Afectar* sem nenhum significado valorativo inerente: apenas na realidade do seu sentido de poder transformar, possibilitar a transformação ou pressionar a transformação, mais ou menos parcialmente, inclusive globalmente, de um ser humano ou de um conjunto feito de seres humanos.

Dentro desta perspectiva parece-me poderem encontrar-se três sistemas básicos de intervenção. O critério para a sua diferenciação está no objectivo com que *afecta* o «outro» ser humano, aquilo a que chamamos unidade complexa em causa. A voluntariedade da intervenção põe em causa uma (ou mais) unidade complexa humana que pretende afectar com determinado objectivo.

Qualquer sistema de intervenção pode ser utilizado para «bons» ou «maus» objectivos (isso serão juízos de valor), mas sempre para diferentes objectivos (esse o juízo de realidade) que procuro utilizar.

Em concreto, resumo na figura 1 os três diferentes sistemas de intervenção que considero, explicitando as unidades complexas em causa (possíveis de estar em causa) e exemplificando nos esquemas seguintes os métodos utilizáveis em cada sistema de intervenção.

Convém desde já sublinhar duas observações. Em primeiro lugar que os sistemas não são incompatíveis, apenas as diferentes consequências podem exigir uma remodelação equilibrante. Em segundo lugar que qualquer dos sistemas pode usar as diferentes ciências, ser utilizado pelas diferentes filiações científicas, mas a sua clarificação psicossociológica é fundamental.

A INTERVENÇÃO ANALÍTICA

Indiscutivelmente que a intervenção analítica é aquela que, como utensílio, mais interessa à

psicossociologia. A intervenção pedagógica e andragógica (utensílio da pedagogia) e a intervenção hipertrofiante e atrofiante (utensílio da psicologia, da sociologia e das medicinas) apenas indirectamente interessam à psicossociologia.

Daí que seja de particular interesse para a psicossociologia o estudo em pormenor das unidades complexas que o sistema analítico afecta: a personalidade, o grupo e a instituição. Aliás, esse estudo parece-me clarificar as razões que levam ser o grupo considerado como o objecto central da psicossociologia, como o afirmava atrás.

Como é natural, o dizer que o sistema analítico é o que mais interessa à psicossociologia como utensílio, não impede a existência de contributos psicossociológicos relativamente aos outros sistemas; da mesma maneira que a intervenção analítica utiliza contributos de outras ciências. O que é um facto psicossociológico é que as unidades complexas em causa na intervenção analítica encontram no *grupo* a situação *praticamente possível* de serem afectadas em termos analíticos. Por outras palavras, a unidade complexa que é o grupo é uma realidade na sua própria complexidade e pode tornar realidade a unidade complexa que é a personalidade ou a instituição.

A PERSONALIDADE

A personalidade, seguindo a linha freudiana, é uma unidade composta de três instâncias:^o

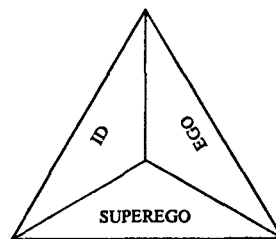


Figura 2

^o A representação gráfica que utilizo é tirada de Pedro Fernandez-Villamarzo, *Dossier 26. Psicoanálisis: religion y moral*, CENIEC, Madrid.

HIPERTROFIAS	↔	ATROFIAS
Personalidade hedonista	ID	Neurose actual Neurose defensiva Neurastenia Neurose de angústia Neurose orgânica Neurose obsessiva Histeria de conversão Neurose fóbica
Personalidade narcísica	EGO	Esquizofrenia Paranóia Psicose maníaco-depressiva
Personalidade obsessiva	SUPEREGO	Perversão sexual Delinquência Toxicomania

Figura 3

A realidade da personalidade verifica-se na sua situação de relação com o ambiente, com o exterior, com as outras pessoas. Aí, as suas três instâncias deixam de ser elementos abstractos, passando a ser elementos reais no equilíbrio das suas hipertrofias e atrofia.

Isto é (Fig. 3).⁶

O sistema analítico de intervenção consiste basicamente no *afectar* o ser humano (a personalidade) promovendo a consciencialização do real inconsciente, isto é, das hipertrofias e atrofia das suas três instâncias; esse consciencializar possibilita o *re-construir* do equilíbrio dessas três instâncias; reconstruir repetindo a estrutura ou à custa de novas atrofia e hipertrofias decididas e ante-realizadas.

A INSTITUIÇÃO

Procedendo a uma desmontagem semelhante, podemos dizer que a unidade complexa que é a instituição se compõe também de três instâncias.

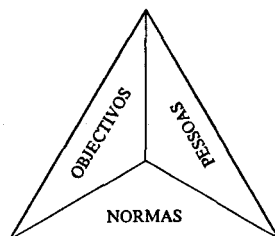


Figura 4

Melhor dito, a instituição é uma unidade composta de três instâncias (Fig. 4).

Ora também a realidade da instituição se verifica na sua situação de relação com o ambiente, com o exterior, com as outras «pessoas» (incluindo também cada «pessoa» elemento da instituição que também é elemento exterior). Igualmente, nessas circunstâncias, as suas três instâncias deixam de ser elementos abstractos passando a ser elementos reais no equilíbrio das suas hipertrofias e atrofia.

Isto é (Fig. 5).

O sistema analítico de intervenção é, em relação à unidade complexa que é a instituição, semelhante ao que é relativamente à unidade complexa que é a personalidade.

No entanto, quer em relação à personalidade como em relação à instituição, a intervenção analítica sofre de uma dificuldade extremamente forte. Relativamente à personalidade, a sua realidade exige relação com o exterior; relativamente à instituição exige a consciencialização do exterior.

O GRUPO

Sem dúvida que a intervenção analítica na personalidade e na instituição pode ser feita em estado puro. É a psicanálise (onde o intervenor procura manter o indivíduo só consigo mesmo mas consciente da presença daquele

HIPERTROFIAS		ATROFIAS	
Instituição ansiogénica	OBJECTIVOS	Instabilidade	qualitativa de produtividade desviada
Instituição carismática	PESSOAS	Alienação	agressiva depressiva projectada
Instituição burocrática	NORMAS	Insegurança	coerciva prevertida fantasmática

Figura 5

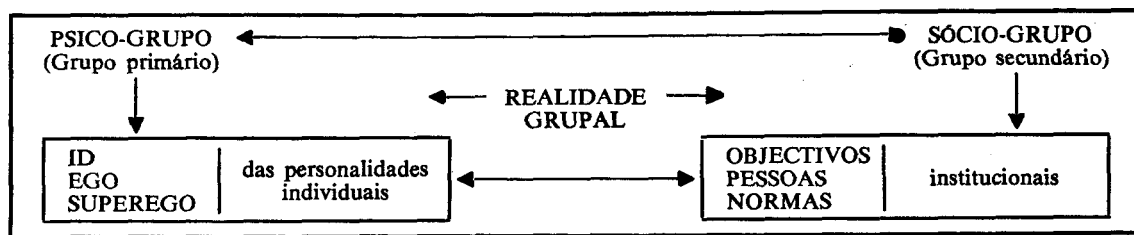


Figura 6

como exterior: grupo diádico nominal); é a auto-análise organizacional (onde o interventor procura que a organização se analise a si mesma institucionalmente através dos membros da organização funcionando institucionalmente e procurando «ver-se» do exterior).

No entanto, a complexidade da unidade que é o grupo beneficia de uma qualidade: a instabilidade do seu inconsciente; melhor, da variabilidade do seu inconsciente.

Isto é (Fig. 6).

ÚLTIMO COMENTÁRIO

As instâncias do aparelho psíquico, como as instâncias do aparelho institucional têm características específicas comuns que as tornam difíceis de abordar pelos sistemas que não o analítico e que fazem com que o grupo seja a realidade óptima de expressão da realidade psíquica e institucional.

Em primeiro lugar, essas instâncias são *autónomas*, isto é, funcionam de acordo com os seus próprios princípios que não têm nada a ver com os que regem as outras instâncias. Quase se poderia dizer que são comportamentos estanques.

Em segundo lugar, são *antagónicas*, isto é, não representam uma mera divisão mas uma distinção de intenções que se recusam mutuamente.

Em terceiro lugar, são *interdependentes*, isto é, embora autónomas e antagónicas, o seu funcionamento exige as outras. A dissociação dessas instâncias é explosiva.

Sendo assim, a intervenção analítica torna-se tão importante como a pedagógica ou andragógica, como a hipertrofiante ou atrofiante. A questão básica que faz exigir uma clarificação da sistemática da intervenção está no facto da «descoberta» da intervenção analítica ter dado origem à confusão nas unidades complexas em causa na prática da intervenção e ao caos metodológico mais preocupado com o rigor litúrgico do que com o rigor conceptual.

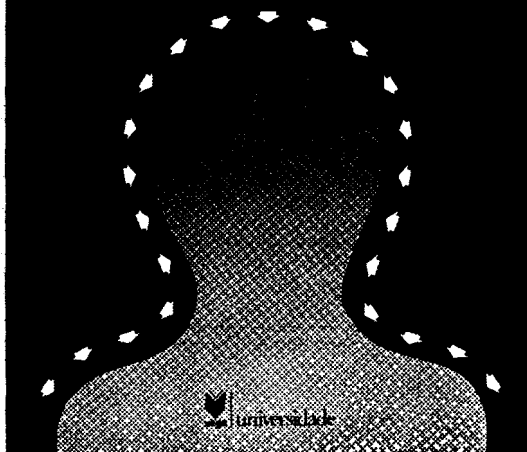
A sistemática da intervenção é um tema psicossociológico a aprofundar.

REFERÊNCIAS

- FAUCHEUX, C. (1967) — Introdução, in K. Lewin *Psychologie Dynamique*, P.U.F., Paris.
 MORENO, J. L. (1965) — *Psychotérapie de groupe et psychodrame*, P.U.F., Paris.
 K. LEWIN (1965) — *Teoria de campo em ciência social*, Liv. Pioneira Editora, São Paulo.

françois laplantine

ETNOPSIQUIATRIA



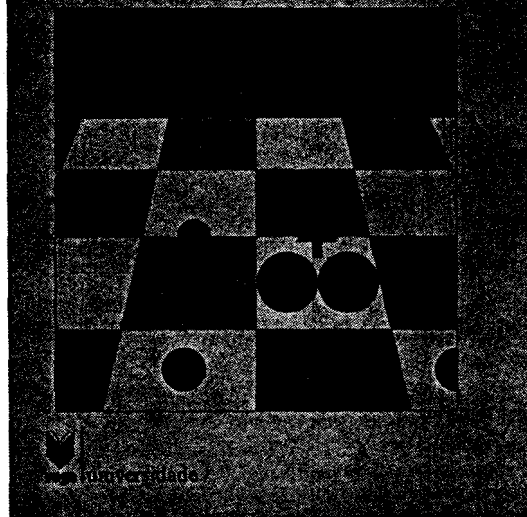
universidade

Uma colecção dirigida
a estudantes e
profissionais de todos
os ramos das ciências.

Obras de qualidade
integradas em secções
orientadas
por especialistas.

anibal coelho

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES



henry david thoreau
edward carroll



Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, 8 • 1700 Lisboa • Telefone 73 00 75